

nenhuma necessidade, para criar situação difícil ao futuro governo e, além destas nomeações que o "Diário Oficial" noticia todos os dias ainda vem, através da mensagem, o aumento do funcionalismo pretendendo a efetivação de todos, como que a impossibilitar a correção que porventura pudesse o futuro governo fazer e que lhe compete.

— (Assume a Presidência o Sr. Nunes Ferreira.)

O Sr. Israel Novais (Com assentimento do orador.) — Nobre deputado Marco Antônio, com o respeito que V. Exa. me merece, quero objetar contra uma consideração que acaba de fazer da tribuna. Estranha V. Exa. o que chama de exagero de nomeações neste final de Governo e até aí nada a opor ao que V. Exa. afirma, eis que V. Exa. tem o seu juízo a seu serviço, isto é, V. Exa. pode reputar exageradas ou não as nomeações publicadas pelo "Diário Oficial". Agora, quando V. Exa. estranha que essas nomeações sejam feitas agora e não tenham sido feitas antes das eleições...

O SR. MARCO ANTÔNIO — Não falei de eleições.

O Sr. Israel Novais — Mas antes é sempre de alguma coisa. Então me pergunta: se o Governador Carvalho Pinto tivesse, de fato, acelerado o ritmo das nomeações antes das eleições, V. Exa. estaria nesta mesma tribuna, protestando contra o uso eleitoral das nomeações. Como S. Exa. está, agora, preenchendo as vagas criadas por serviços instituídos na sua administração, vem V. Exa. estranhar e considerar tardias essas nomeações. Vejo que V. Exa. é incontentável. Quer dizer, se tivesse nomeado antes seria para atuar no pleito. Então pergunta a V. Exa.: está nomeando agora e para que, eis que não há eleições à vista? E o Governador Carvalho Pinto é um homem que encerra seu mandato, que volta para casa? A meu ver, e em primeiro lugar, discordo de V. Exa. quanto às nomeações serem exageradas ou vultosas. Acompanhando como acompanhava o "Diário Oficial" e a vida administrativa de São Paulo, posso assegurar a V. Exa. que o ritmo é o mesmo. É um ritmo de nomeações de acordo com os serviços criados. Não há o objetivo, o propósito de se servir do Poder Público para alguma coisa. Apenas um interesse de preencher cargos criados que aguardam preenchimento. E enquanto V. Exa. critica o Governo pelo que chama de nomeações em ritmo acelerado, posso assegurar que há setores numerosos da política que estranham que, pela primeira vez, um governante nomeie tão pouco, que um governador fuja à praxe do testamento, porque o testemunho não está sendo feito.

— (Assume a Presidência o Sr. Costabile Romano.)

Pego apenas ao nobre deputado Marco Antônio, cuja presença e comportamento não admito de hoje, mas do tempo de mocidade na escola, que ao término do mandato do Governador que S. Exa. ajudou a eleger, S. Exa. confira o testamento que há de vir daqui a 4 anos com essas pequenas, com essas humildes nomeações que de raro aparecem no "Diário Oficial".

O SR. MARCO ANTÔNIO — Quando se nega a evidência, eu não posso negar. Se eu fosse analfabeto, se em minhas mãos não corresse o "Diário da Justiça" e o "Diário Oficial", talvez eu voltasse atrás para ficar bem com S. Exa. Mas como desgraçadamente eu sei ler e tenho em mãos, diariamente, o jornal oficial, posso reafirmar: as nomeações são em número exageradíssimo. O funcionalismo público não precisa de mais funcionários.

Dir-se-á, como diz S. Exa., que daqui a 4 anos... quer dizer, qual pitonisa busca adivinhar o dia de amanhã para justificar o oia de hoje. Se amanhã o Sr. Ademar de Barros fizer a mesma coisa, que se encontre outros homens públicos que venham à tribuna criticá-lo do mesmo jeito. O que não se pode é cruzar os braços e admitir-se um possível erro do futuro para justificar um erro do presente.

O Governador Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto está se desmandando. A Caixa Econômica emprestava ao funcionário público, durante os 4 anos do seu mandato, 30 mil cruzeiros. Está para sair do governo — eleva para 50 mil o empréstimo. Por que esta prodigalidade agora?

O Sr. Cardoso Alves — E' pouco ainda!

O SR. MARCO ANTÔNIO — Diz o nobre deputado Cardoso Alves que ainda é pouco. Talvez. Mas por que não aumentou antes, dentro do seu governo e na conformidade do seu orçamento, que estaria ajustado? Não! E' no final. A prodigalidade vem agora. O Sr. Prestes Maia quer dinheiro? A vontade... Um bilhão e meio para tampar buracos. No final de sua gestão! A C.M.T.C. tem necessidade? Seis bilhões para aumento do capital... As hidráulicas precisam de dinheiro? As sociedades de economia mista? Trinta e um bilhões. Final de governo...

O Sr. Arruda Castanho — E tem arautos na cidade procurando empregos.

O SR. MARCO ANTÔNIO — Telegramas, para que mandem os nomes.

Em Santa Bárbara do Rio Pardo, o Padre Nicolau, o ilustre prelado daquela cidade, escreveu uma carta, que está em mãos do nobre deputado Ciro Albuquerque, estranhando o número de nomeações e os oferecimentos. O nobre deputado Lopes Ferraz aí se encontra, e, na sua cidade, a calamidade é maior: para que as professoras possam ser removidas, têm que pagar...

O Sr. Arruda Castanho — Professora é removida por concurso.

O SR. MARCO ANTÔNIO — De forma que os desmaldizados se somam. Vão à Diretoria do Trânsito e verificarão a bandalheira que existe lá dentro. Experimentem tirar um certificado de propriedade sem que deem gorjetas e gratificações.

O Sr. Cardoso Alves — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) — Ouço, estarecido. V. Exa. comunicar à Casa que o nobre deputado Lopes Ferraz tem em seu poder uma carta que consubstancia gravíssima denúncia, de que as professoras, para serem removidas, precisam subornar alguma autoridade. Nobre deputado Marco Antônio, a Secretaria da Educação ainda está sob a responsabilidade de um homem do Partido Democrata Cristão. Lá se encontra o vereador desta Capital, Prof. Euvaldo de Oliveira Melo. E eu solicitaria este instante a V. Exa. que explicitasse um pouco mais a sua denúncia, porque isto atinge a pessoa do Secretário da Educação, e eu, por pertencer ao Partido Democrata Cristão e por ser deputado a esta Assembleia, quero adiantar a V. Exa. que aconselho o denunciante a solicitar a constituição de uma comissão de inquérito para sabermos da verdade sobre isso, a fim de que sejam exemplarmente punidos os responsáveis. Quero dizer a V. Exa. que dou todo o apoio a qualquer procedimento de V. Exa. e do nobre deputado Lopes Ferraz, ou da própria Assembleia, a fim de se esquadriar todo o evento, para se promover a punição da autoridade que corrompe ou é corrompida para elidir o concurso público que preside a remoção das professoras.

O Sr. Arruda Castanho — V. Exa. permite um aparte?

O SR. MARCO ANTÔNIO — Dentro em pouco. Quero primeiro responder ao nobre deputado Cardoso Alves.

Quanto à carta, V. Exa. ouviu mal. Quem tem a carta é o nobre deputado Ciro Albuquerque, que a recebeu do Padre Nicolau, de Santa Bárbara do Rio Pardo, que diz respeito a empregos. Não falei de carta do nobre deputado Lopes Ferraz. Disse que S. Exa. me o comunicara que, à boca pequena, em Olímpia se sabia da remoção de 13 professores.

O Sr. Lopes Ferraz — E' exato.

O SR. MARCO ANTÔNIO — E todo mundo diz que é necessário o dinheiro para ser removido. Nesta época do ano, não há necessidade de concurso.

O nobre deputado Waldemar Lopes Ferraz é sobremodo conhecido nesta Casa pela sua honrabilidade e incapaz de levantar uma falsidade. S. Exa. não nos comunicaria um fato grave desta ordem se dele não estivesse convencido ou se tivesse ouvido notícia que não merecesse crédito.

O Sr. Arruda Castanho (Com assentimento do orador) — Essas remoções, a que se refere V. Exa. são previstas no Artigo 19, da Lei n.º 7018, que exclui de concurso. Existem essas remoções. O nobre deputado Cardoso Alves fala em inquérito. O inquérito é antipático. V. Exa. não gosta de inquéritos. Mas se for fazer inquérito, Excelência, não é sobre a questão das professoras, mas sim, sobre as nomeações sub-reptícias, as nomeações que não parecem nomeações. E estas estão diariamente no "Diário Oficial", o que poderá ser verificado por qualquer pessoa. Veja por exemplo V. Exa. no "Diário Oficial" de hoje, sob o título "Departamento de Estradas de Rodagem". Não está lá o título "Secretaria da Viação e Obras Públicas". Portanto, não há nomeação na Secretaria da Viação e Obras Públicas. O Sr. Governador não nomeou ninguém. O deputado Jethro de Faria Cardoso, que se encontra pensativo ali ao lado, poderá esclarecer melhor. Veja V. Exa. o que faz o "Diário Oficial" de hoje:

«Lei n.º Admitindo no uso da atribuição que lhe confere o artigo 383, do Decreto 31.438, de 22-3-58, conforme autorização do Governador do Estado, constante de fls. 23 dos autos 76.858-DEB-59, Francisco Antônio Ferezin Oliveira para integrar a TMM do DER, nos termos do Decreto 31.533, de 24-1-59, na função de Escriturário, ref. 22». Ora, nobre deputado, isto deveria ser feito no Palácio do Governo, na Secretaria da Viação e Obras Públicas, nomeando, autorizada pelo Sr. Governador etc. Esta é uma maneira sub-reptícia de se nomear. Refere-se aos autos, esta nomeação que acabo de ler. Se assim o fazem é porque o povo não entende, não sabe o que quer dizer isso. Mas trata-se de nomeação. E nomeações como esta estão diariamente no "Diário Oficial". Não quero fazer críticas ao Prof. Carvalho Pinto, pela sua plétora de nomeações. Mas sou obrigado a concordar com V. Exa. quando diz que há uma plétora de nomeações. Há mesmo. Somente nomeações sub-reptícias, bem feitas. E isto faz-me lembrar de um episódio ocorrido na Câmara Municipal. Quando se quis nomear o irmão de um vereador — não vou citar aqui o nome do vereador —

Pôs-se o nome: "Nomeia-se Francisco da Silva para o cargo de Diretor da Tesouraria". Dias depois o "Diário Oficial" publica: onde se lê: "Francisco da Silva", leia-se: "José da Silva". Nomeia-se do mesmo jeito. Isto é subterfúgio. Não quero agora decalcar as palavras do líder de V. Exa., nem tenho aquele tom declamatório, aquele tom de carpideira: isto é uma maneira clandestina de nomear. Há nomeação mesmo! E essa contensão que havia ontem não há hoje? Hoje há prodigalidade, segundo disse V. Exa., pois na cidade de Itapetininga, onde milita o nobre deputado Ciro de Albuquerque, há inclusive arautos a pedir nomes para nomear. Eu não queria fazer crítica ao Sr. Governador, mas, nobre deputado, há de se concordar com V. Exa. no sentido de que o Governo está mesmo se escondendo demais, nomeando demais e amanhã, quando o Sr. Ademar Pereira de Barros tomar o governo, nós, que somos seus adversários, teremos de concordar que S. Exa. encontrará quase todo distribuído. Louvo o Governador por ter auxiliado a C. M. T. C. e iria a essa tribuna fazer um elogio a S. Exa. Só não louvo é a sua benemerência. Talvez benevolência servisse melhor. A sua benevolência ou benemerência de última hora não pode ser louvada. O benevolente de hoje devia ser benevolente ontem. Por que "pão duro" ontem? Por que "mão de leitoa" ontem? E por que abre a mão hoje?

O SR. MARCO ANTÔNIO — E' como se tivessem feito córega em S. Exa.

O Sr. Arruda Castanho — Portanto, há razão nas críticas de V. Exa. Sou adversário de V. Exa., politicamente, e muito mais adversário do chefe político de V. Exa. Acompanhei sempre o Governador Carvalho Pinto nesta Casa. Conheço as suas qualidades, que são muitas; conheço os seus defeitos, que também são muitos. Nestes fins de governo os defeitos avolumam-se e não é preciso ser hermeneuta e nem é preciso aprender a decifrar palavras cruzadas ou verificar dicionário de charadismo para perceber como se nomeia através de referências a autos de processos como se nomeia através de "passa-moleques", como se nomeia sem aquela coragem para nomear às escâncaras, com o direito de nomear. Nomeia-se a sorrelha; nomeia-se ruborizado; nomeia-se envergonhado. Dai essas nomeações sub-reptícias no "Diário Oficial". Não é de estranhar, não! Leia-se o "Diário Oficial", com frases idênticas, de ontem, de ontem, de hoje. Ver-se-á o Senhor Governador está nomeando realmente, por pressões políticas dos seus correligionários, dos seus fiéis correligionários, daqueles que sabem a mesma ladainha e daqueles que não sabem a mesma ladainha mas que acompanham o mesmo enterro sucessório.

Tem V. Exa. razão. Não tem razão quando critica as obras do Sr. Governador, que tem vários pontos positivos. E eu, no meu bairro, poderia citar a V. Exa. de memória, inúmeras obras que o Sr. Governador realizou através do Plano de Ação que nós votamos, que vai deixar o Sr. Governador um nome de grande administrador em São Paulo. Mas tem razão quando critica este lusco-fusco de Governo, este Governo com extrema-união, com notário e padre à porta, fazendo a sua distribuição testamentária através do nosso "Diário Oficial".

O SR. MARCO ANTÔNIO — Nobres deputados, enriquecendo o trabalho que faço desta tribuna com os apertes que venho recebendo, eu desejava, novamente, declarar que o Dr. Ademar de Barros, perseguido como foi, jamais teve uma palavra no sentido de demonstrar vontade de perseguir os seus adversários. Sabendo ele das agruras e das injustiças que o homem público pode sofrer e sofre, não deseja levar ao pelourinho dos inquéritos os seus adversários. Mas há um limite para tudo. O povo de São Paulo precisa ter conhecimento, pelo menos do mínimo a fim de que possa aquilatar o Governo novo que se instala. E, desta forma, raspando os cofres do Estado e comprometendo-o para o futuro, estará o Sr. Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto criando dificuldades para o futuro governo e prejudicando o povo que, um dia, votou em S. Exa. para ser o seu governador.

O Sr. Arruda Castanho — V. Exa. permite um aparte?

O SR. MARCO ANTÔNIO — Nos do Partido Social Progressista, nós da bancada desse partido estaremos alertas na defesa do povo, com todo o interesse de fornecer à população a verdade sobre os fatos.

O Sr. Arruda Castanho — V. Exa. permite um aparte?

O SR. MARCO ANTÔNIO — O nobre deputado Cardoso Alves já havia pedido um aparte. Ouvirei o nobre deputado; depois, ouvirei V. Exa., nobre deputado Arruda Castanho.

O Sr. Cardoso Alves — Não quero entrar no exame das nomeações que vêm sendo feitas pelo Sr. Carvalho Pinto, mesmo porque acredito que o ritmo de nomeações não cresceu depois das eleições. Pelo exame dos "diários oficiais" anteriores e posteriores à eleição nota-se que o Sr. Governador Carvalho Pinto vem admitindo, mais ou menos, o mesmo número de servidores em todos os "diários oficiais". Ademais, julgo que no Governo de S. Exa. de fato cresceu muito a máquina administrativa pela edificação de novos estabelecimentos públicos, pela criação de grupos escolares, de postos de saúde, de postos de puericultura, enfim, essa infinidade de obras que o Sr. Governador edificou durante todo o seu Governo. E, paradoxalmente, assisto um Governador ser criticado pelo fato de ter realizado obras públicas. De modo que creio que o Sr. Carvalho Pinto vem nomeando aqueles homens absolutamente necessários (muito bem) à movimentação da máquina administrativa. Não distingo nessas nomeações o caráter de nomeações testamentárias, porque são cargos modestos demais para aquilhoar chefes políticos. Os cargos gráficos que surgiam, via de regra, contemplam velhos servidores públicos. Mas, nobre deputado, quero secundar V. Exa. no que diz sobre a honrabilidade do nobre deputado Waldemar Lopes Ferraz. S. Exa. é, de fato, uma das figuras mais respeitáveis desta Casa. Homem ponderado, fino e que não tem resvalado no cumprimento do seu mandato; de lealdade reconhecida por todos os membros da Assembleia.

Mas S. Exa. traz a esta Casa denúncia muito grave — voltando à vaca fria — no sentido de que há em sua cidade remoção de professores mediante propina, suborno, corrupção. Em seguida o nobre deputado Jacob Pedro Carolo da notícia do mesmo zungum em sua região. Quero comunicar a V. Exa. que não sou, como diz o nobre deputado Arruda Castanho, contrário a inquéritos. Acho mesmo que os inquéritos devem ser feitos. No caso presente talvez o deputado Arruda Castanho ache que inquérito não é o meio adequado para perseguir a verdade porque ele é muito burocratizado e não se chega à verdade. Mas quero comunicar a V. Exa., nobre deputado Marco Antônio, que darei notícia desse debate ao Sr. Secretário da Educação. Quero pedir pessoalmente a S. Exa. que remeta um homem da sua absoluta confiança às regiões citadas pelos colegas Jacob Pedro Carolo e Waldemar Lopes Ferraz para averiguar a veracidade de tais notícias, porque S. Exa. nos homens incapazes de trazer uma verdade a debate. As palavras de S. Exa. são merecem ser integralmente e quero adiantar a eles que pedirei ao Sr. Secretário que esta pessoa única S. Exa. antes a fim de obter pistas ou indícios para a perquirição que certamente terá de fazer nas regiões que ambos tão bem representam nesta Assembleia.

O Sr. Arruda Castanho (Com assentimento do orador) — Nobre deputado Marco Antônio, não queria martirizar V. Exa. e os meus nobres colegas com a repetição ou com a minha palavra, sempre presente a este debate democrático que se trava nesta Casa, em termos tão altos como sempre sói acontecer. Mas há um detalhe que precisava ser esclarecido. Esta questão da cidade de Olímpia, do deputado Lopes Ferraz, ou da região do deputado Jacob Pedro Carolo, é uma questão de "boca pequena". Precisaria, no caso, de um inquérito maior, do todo, porque este zungum aqui, boca pequena ali, a sorrelha acolá, precisaria ser averiguado como caso genérico, tudo o que há na administração — ou isso ou nada. Mas há outra coisa. Tenho muito respeito pelo Padre Nicolau. Aliás, o Padre Nicolau, de Santa Bárbara, é um homem interessante e por isto não duvido da palavra do nobre deputado Ciro Albuquerque e Deus nos livre duvidar também da palavra de V. Exa. Mas esse Padre Nicolau, eu o conheço bem pois foi sempre um político simpático e bem falante. O seu município faz limite com o município da minha cidade natal e tenho tido contatos com o Padre Nicolau. A primeira vez que isto aconteceu foi quando fui fazer um piquenique na Lagoa Rica, nos domínios do município do Padre Nicolau e ele dava um banquete, um churrasco para o Sr. Antônio Emigdio de Barros. Esta região é conhecida pelo deputado Abreu Sodré, e pelo deputado Israel Dias Novais. Também a conhece o deputado Geraldo de Barros. Pois bem, eu assisti lá a uma homenagem do Padre Nicolau ao Sr. Antônio Emigdio de Barros, no tempo do Sr. Ademar de Barros. Depois cruzei com o Padre Nicolau, com a mesma simpatia, com a mesma ladainha, com o mesmo tom de voz, no Governo do Sr. Júlio Quadros, no gabinete do Sr. Faria Lima. Depois conheci, no governo do Sr. Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto, em secretarias políticas, não o sacerdote que foi fazer um viático — não sei se empreguei a palavra certa — não o sacerdote que vai obter uma confissão ou celebrar um casamento, mas o político que vai arranjar empregos, — e centenas de empregos foram arranjados pelo Padre Nicolau, que merece o meu respeito pela sua brilhante inteligência! E agora, o mesmo Padre Nicolau escreve uma carta ao nobre deputado Ciro Albuquerque, dizendo que esse Governo está nomeando! Esse deve ter visão profética; aliás, nem precisa ter visão profética, porque ele sabe que o próximo Governo é o do Sr. Ademar de Barros. Então vai fazer a mídia e escreve essa carta. Não duvido de V. Exa., nem do deputado Ciro Albuquerque, mas duvido que o Padre Nicolau, inteligente como é, vivo como é, tenha mandado esta carta para um deputado dizendo isso. Essa carta deve ser apócrifa. Não pode ser do Padre Nicolau, e, se for, é de se pensar como a igreja está, também, paralela ao processo...

(F. dado um aparte anti-rezimental)